

DESENVOLVENDO ESTRATÉGIAS INCLUSIVAS POR MEIO DO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: PROMOVENDO NOVAS APRENDIZAGENS PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL INSERIDO NOS ANOS INICIAIS.

HylkaWalleska Barbosa de Lima Caldas ¹
TíciaCassiany Ferro Cavalcante²

INTRODUÇÃO

Quando pensamos em inclusão educacional, nos remetemos a uma série de ações desenvolvidas por diversos profissionais para fazer com que um determinado sujeito, independentemente de sua deficiência, possa estar compartilhando de oportunidades iguais de acesso a bens e serviços. Neste sentido, a inclusão educacional se caracteriza enquanto direito para o estudante, onde necessita como afirma o **Documento Orientador Programa Implantação De Salas De Recursos** (2012) de “mudanças nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito a todos pela educação.” (p. 05)

Com isto, a comunidade escolar vem passando por um processo de mobilização para a construção de um ambiente inclusivo, capaz de garantir a permanência e assistência adequada ao aluno com deficiência. Isso permite uma reflexão e necessidade de mudança por parte desta comunidade. No caso do estudante com deficiência intelectual (que veio receber este termo no lugar de deficiência mental em 1939 na Conferência Internacional sobre DI no Canadá), que constitui em âmbito escolar, o maior grupo entre as deficiências atendidas nas escolas especiais e nas redes regulares de ensino (REIS; ROSS, 2008, p.2), ainda passa pelo enfrentamento às limitações impostas pela própria sociedade, o que repercute no cenário escolar, e por consequência, traz resultados negativos em seu processo de aprendizagem.

Diante desta problemática, as IFs (Instituições Federais) vêm criando espaços para discussão e aprendizado sobre pessoas com deficiência e suas especificidades, com o objetivo de que o profissional, após completar sua formação, possa estar preparado para atender de forma inclusiva.

No campo da educação, tem se produzido diversos caminhos, e um deles que tem proporcionado espaço para aplicação desta pesquisa é o Programa Residência Pedagógica, que é uma das ações elaboradas pela Capes, integrada a Política Nacional de Formação de Professores, que atualmente, tem como um dos projetos em curso intitulado “Inclusão de estudantes com deficiência intelectual na sala de aula regular dos anos iniciais do ensino fundamental: fomentando aprendizagens”, orientado pela professora Tícia Ferro no Centro de Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, atendendo a duas escolas sendo uma municipal e outra estadual desde o segundo semestre de 2018. Desenvolvendo assim, estudos e estratégias de ensino junto a 27 estudantes do curso de Pedagogia nos horários manhã e tarde durante oito horas semanais.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, hylkabarbosaperfil@gmail.com ;

² Professora orientadora: Doutora em Psicologia Cognitiva pela UFPE. Professora do Departamento de Psicologia e Orientação Educacionais, CE - UFPE, pedag.res.ticia@gmail.com .

Por meio deste espaço, a pesquisa teve como objetivo principal compreender o processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual em regências desenvolvidas com sequência didática para uma turma de 4º ano do EF. E para os objetivos específicos, de analisar se as regências possibilitavam uma aprendizagem significativa para o estudante, assim como se as atividades em formato grupal, possibilitava desenvolver maior interação. Para isto, foi realizado encontros junto à professora regular para saber sobre o aluno em específico, sobre a turma, e elaboração da sequência didática, envolvendo os conteúdos programáticos de História e Geografia, e aplicação das regências no período de quinze encontros.

Durante o período de um semestre, encontramos diversos desafios na prática pedagógica, que foram necessários para repensar novas formas de propiciar as interações. Como resultado, o estudante obteve mais interesse pelas atividades, bem como participou ativamente das atividades propostas, trazendo potenciais pouco conhecidos no ambiente escolar.

METODOLOGIA

O campo de pesquisa escolhido foi uma escola estadual, localizada no bairro de Casa Forte, na cidade do Recife –PE. A turma selecionada para aplicação da sequência didática foi do 4º ano do EF, onde há um aluno com deficiência intelectual que recebe acompanhamento pelo programa Residência Pedagógica.

Para a realização da pesquisa, foram destinados dois dias para troca de informações entre professora regular sobre turma escolhida, análise de dados sobre o aluno acompanhado na gestão da escola (ano de ingresso, parecer, laudo, PDI), elaboração de uma sequência didática intitulada “Abrindo portas para o conhecimento por meio da cultura pernambucana” envolvendo os conteúdos programáticos das disciplinas História e Geografia e incluindo atividades no formato do Desenho Universal de Aprendizagem, onde “visa proporcionar uma maior variedade de opções para o ensino de todos, considerando a diversidade da sala de aula, (...)” (ZERBATO; MENDES, 2018, p. 149), diálogo com professora regular para avaliação da regência. E por fim, a aplicação da sequência didática e coleta de resultados para análise. Para isto, foi utilizado o método de observação qualitativa sendo do tipo participante como observador. Queiroz *et al* (2007, p.276) traz que por meio da observação participativa, “o pesquisador analisa a realidade social que o rodeia”.

As salas de aula escolhida para as atividades possuem 32 alunos matriculados, onde frequentam uma média de 28 estudantes diariamente. A maioria destes vem de uma Ong, situada na praça de Casa Forte, que atende a alunos oriundos de comunidades carentes, trazendo atividades recreativas, autocuidado e doações de produtos de higiene e brinquedos. Da Ong, seguem para a escola, e a maioria informa fazer este percurso devido aos pais/responsáveis trabalharem nas proximidades.

Para a sequência didática, os temas trabalhados para os 15 encontros foram: a história do carnaval; o Frevo e suas origens; as comidas regionais de Pernambuco; as formas de vida do campo e da cidade; vida e obra de Ariano Suassuna; os setores primário, secundário e terciário em PE; transformação da paisagem em Casa Forte; história sobre as rotas de comércio para o Recife; meu deslocamento de casa para escola.

DESENVOLVIMENTO

O termo Deficiência Intelectual (vem substituir o termo deficiência mental, em 1939) surge por meio da Conferência Internacional sobre DI no Canadá e vem sendo difundido pela AADID - Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento desde o ano

2010. No documento **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM 5**, esta deficiência é caracterizada

(...) por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade. (DSM-05, 2014, p.31)

Já a AAIDD (2010) tem por base cinco dimensões de aspecto do desenvolvimento da pessoa com DI, onde suas dificuldades podem estar relacionadas à: habilidades intelectuais; comportamento adaptativo; participação, interação e papéis sociais; contexto e por fim, saúde. Logo, quando pensamos neste estudante inserido em sala regular, precisamos pensar enquanto escola sobre adaptações que possam ser realizadas de acordo com as necessidades específicas do aluno, o que poderá envolver alterações na estrutura física do local, na forma de atendimento, na adaptação de atividades e avaliação, em um diálogo entre os educadores (aqui se entende docentes, AEE, gestão, serviços gerais...) para melhor atender ao estudante.

Uma lacuna ainda existente neste processo de escolarização é o tipo de ensino desenvolvido para este aluno em específico, que muitas vezes não passa por adaptações necessárias quanto ao conteúdo, tampouco à construção do PDI - Plano de Desenvolvimento Individual, o que exige do estudante competências desiguais ao seu estágio de compreensão. Podendo resultar no desestímulo do aluno e frustração em excesso por tentar estudar algo que ainda não é próximo de sua realidade.

Neste sentido, se faz necessário o diálogo entre docentes, equipe pedagógica e gestão escolar para realizar estudos e formação sobre a deficiência intelectual, assim como traçar caminhos que permitam a inclusão deste em ambiente escolar. Ou seja,

“(...) a criação de um ambiente verdadeiramente inclusivo exige muito mais e não depende exclusivamente das ações dos professores de ensino comum dentro da sala de aula. Uma escola inclusiva requer, entre vários aspectos, a construção de uma cultura colaborativa que vise a parceria com professores de Educação Especial e profissionais especializados, a fim de elaborar e implementar práticas pedagógicas inclusivas.” (ZERBATO; MENDES, 2018, p.149)

Já em sala de aula, o docente precisa trabalhar assuntos que estejam de acordo com as competências previstas para o aluno com deficiência intelectual em diálogo com os conteúdos que são desenvolvidos no decorrer do ano. Isto significa dizer que ao produzir uma atividade inclusiva, é preciso levar em consideração as especificidades do aluno, mas não deixá-lo à margem do tema que está sendo desenvolvido no mesmo espaço em que está inserido. Entretanto, ainda nota-se que muitos profissionais se sentem confusos sobre trabalhar um mesmo objeto com linguagens diferentes.

Uma das formas de trabalhar conteúdos escolares que tem se apresentado mais flexível para estas questões é a produção de sequências didáticas que “são consideradas conjunto de tarefas sequenciadas utilizadas para se ensinar um dado conteúdo ou objeto.” (ALVES; MEIRA, 2018, p.279), o que poderá auxiliar o aluno a melhor compreensão do conteúdo estudado, disponibilizando de condições para a construção de um aprendizado.

O que traz a concentração do que é discutido por Zerbato em Mendes (2018) sobre a DUA e a pesquisa de Alves e Meira (2018) sobre a sequência didática, é a forma com que se pode construir de forma ajustável uma sequência inclusiva, trazendo ainda o desenvolvimento de processos de mediação e interação do aluno com deficiência intelectual com os demais

colegas. Pletsch (2011), afirma que "(...) É preciso deter o foco educacional em atividades que possibilitem à criança desenvolver a zona de desenvolvimento proximal (ZDP), e não ficar "presa" às dificuldades relacionadas à deficiência " (PLETSCH, 2011. p.254).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através das observações realizadas, a análise se dividiu em três partes: a preparação para a elaboração da sequência didática; avaliação de resultados com a professora regular; análise da aplicação da sequência didática.

1. Preparação para elaboração da sequência didática

Nos primeiros contatos com a escola foi possível perceber a necessidade de reformas em sua estrutura quanto à abertura entre as portas para acesso a sala de aula, alguns problemas de encanação na área da cozinha e a falta de telhado nos banheiros dos alunos. Os reparos só começaram a ser realizados no mês de maio. Tanto a gestora como a vice, estiveram disponíveis para prestar quaisquer esclarecimentos e informações sobre o aluno acompanhado no programa, assim como fornecer a liberação da biblioteca, sala de informática e outros materiais para a realização das regência.

Com isto, a equipe responsável pela aplicação da sequência didática se reuniu com a docente regular por dois dias, intermediado pelo subprojeto do programa Residência Pedagógica, que contribuiu para entrega de textos e materias que auxiliassem a construção. É possível relacionar esta etapa com o que diz Pletsch (2011) sobre a escolarização do estudante com deficiência intelectual, onde,

"(...) deve-se levar em conta que a criança com deficiência mental tem alterações nos processos mentais que interferem na aquisição da leitura, dos conceitos lógicos-matemáticos, na realização das atividades da vida diária, no desempenho social, entre outras habilidades. "(PLETSCH, 2011,p.251)

2. Conhecendo o aluno com deficiência intelectual

O aluno acompanhado João ³ tem 10 anos, reside em uma comunidade situada no bairro de Casa Forte e também faz o mesmo percurso dos colegas. Entretanto, sua mãe trabalha em outro município e seus familiares a auxiliam para buscar a criança na instituição. O estudante ingressou na escola em 2016, e desde este período recebe acompanhamento pela gestão e equipe profissional, que foram importantes para a construção do diálogo com a família para fazer encaminhamentos para outros profissionais da saúde, a fim de identificar a deficiência para regularizar as ações, desenvolver trabalhos e principalmente, trazer um apoio para o estudante, o que este ainda não foi alcançado pela escola.

João tem o seu próprio tempo, brinca com os colegas, às vezes, quer está só, e alguns momentos possui bastante concentração ao ler história em quadrinhos, o que gosta bastante de fazer. Conseguir um vínculo por meio do afeto com o aluno foi difícil, entretanto, as regentes conseguiram desenvolver estratégias para que o aluno pudesse falar com elas, fazer pedidos, reclamações e execução de atividades, devido aos diálogos realizados com a docente regular, professora de educação física, AEE, psicóloga e gestão.

³ O aluno teve o nome reservado.

Durante as regências, o excesso de barulho em sala de aula foi um gatilho para agressividade da parte do aluno João. Em alguns momentos, a criança possuía sensibilidade para o barulho, e quando não conseguia fazer bloqueio, chegava a agredir a quem estava falando em tom alto em sala. A atitude das regentes foi de conduzi-lo para um ambiente mais calmo por meio do diálogo, e após permitir um momento de regulação, buscava junto a ele alternativas para resolução.

Com base no diálogo feito junto a psicóloga da escola e AEE, as regentes souberam que os jogos e atividades que o aluno acompanhado tem por preferência. Isto facilitou a construção do quebra-cabeça do Brasil, que estava separado por estados. Assim como a criação de materiais de apoio visual para melhor compreensão do estudante sobre o conteúdo que mais possui dificuldade e resistência, que era a divisão político administrativa do Brasil.

3. Análise da aplicação da sequência didática

Devido a problemas estruturais, os conteúdos passaram a ter atrasos e o tema planejado na sequência didática passou por reformulações, em acordo com a professora regular. As aulas elaboradas para os meses de Abril e Maio tiveram ênfase nos conteúdos da disciplina Geografia, trazendo os assuntos como o de divisão político administrativa, apresentado pelos alunos como um assunto difícil. Destacamos assim, a importância do diálogo com a Docente como esclarecedor para nossas práticas pedagógicas.

Muitos estudantes se sentiam ansiosos com a chegada das regentes e as informavam. A ansiedade em saber que assunto seria abordado e que atividades inovadoras seriam realizadas gerava conflitos durante as aulas da docente regular. Com isto, a equipe precisou reformular o horário de aplicação da sequência didática, assim como trabalhar os conteúdos com cada grupo em horários distintos, em um ambiente externo à sala de aula, devido ainda a condições estruturais que dificultavam o desenvolvimento da atividade.

Os grupos foram selecionados para sete estudantes cada. Recebiam apresentação do material, traziam conhecimentos prévios e recebiam apoio de um colega de sala que era nomeado (a) monitor (a) no dia da atividade. Na maior parte das atividades, recebiam desafios que envolviam a participação de todos do grupo. Ainda que em alguns momentos as fichas fossem individuais, os colegas se ajudavam no grupo, explicando o entendimento sobre a pergunta, ajudando a encontrar a resposta, e até discutindo sobre estar certo ou errado. Assim, foi possível perceber que este formato gera aproximação entre os alunos, e no caso de João, sua interação entre colegas aumentou gradativamente. Zerbato e Mendes (2018) afirmam que,

“Há várias estratégias que podem ser utilizadas para ampliar o engajamento do aluno na atividade, como (i) fornecer níveis ajustáveis de desafio; (ii) oferecer oportunidade de interagir em diferentes contextos de aprendizagem e (iii) proporcionar opções de incentivos e recompensas na aprendizagem.”
(ZERBATO;MENDES,2018,p. 151)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo é resultado de uma pesquisa realizada por meio de aplicação de sequência didática em uma escola estadual do Recife – PE atendida pelo Programa Residência Pedagógica, intitulado “Inclusão de estudantes com deficiência intelectual na sala de aula regular dos anos iniciais do ensino fundamental: fomentando aprendizagens”, orientado pela professora Tícia Ferro no Centro de Educação pela Universidade Federal de Pernambuco.

O objetivo da pesquisa era compreender o processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual em regências desenvolvidas com sequência didática para uma turma de 4º ano do EF. O programa permitiu o estudo sobre a deficiência em foco, assim como a

elaboração e aplicação de seqüências didáticas inclusivas, que tiveram por base as produções de Neta e Gomes (2016), Pletsch (2011), Carvalho (2013), Braun (2014) e Perraudeau (2006).

O fruto adquirido no primeiro semestre letivo foi o interesse do estudante pelo conteúdo proposto adaptado e sua participação nas atividades realizadas em formato grupal, bem como maior interação entre os colegas de classe.

Passar por este processo significa refletir sobre a maneira com que se percebe o outro. Muitas vezes, estamos diante de tantas demandas que ocorrem na escola, e não nos damos conta das grandes possibilidades que o aluno com deficiência tem a nos mostrar. Neste sentido, podemos concluir que a atenção, a mediação e confiança, foram aspectos importantes na construção de um vínculo capaz de gerar impactos positivos na aprendizagem da criança com deficiência intelectual.

Palavras-chave: Residência Pedagógica, inclusão, seqüência didática, deficiência intelectual.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. A., MEIRA, V. L. **A seqüência didática no contexto do ensino fundamental: relações entre concepções docentes e o planejamento de atividades.** Só letras revista. Dossiê n. 35, 2018.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI. **Documento Orientador Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-docorientador-multifuncionais-pdf&Itemid=30192. Acesso em 12 de agosto de 2019.

PLETSCH, M. D. **A escolarização do aluno com deficiência intelectual... apesar do diagnóstico.** In: S. M. F. MELETTI; M. C. M. KASSAR (Orgs.). **Escolarização de alunos com deficiências.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

QUEIROZ, Danielle Teixeira *et al.* **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde.** Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, 2007.

REIS, Rosângela Leonel dos; ROSS, Paulo Ricardo. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino.** 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2216-8.pdf> Acesso em: 11/08/2019.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. **Desenho Universal para aprendizagem como estratégia de Inclusão escolar.** Educação Unisinos, 22 (2): 147-155, 2018.